

Relator se diz fora de cena

Certo de que o relatório final da CPI do Orçamento espelha corretamente todas as investigações realizadas durante mais de três meses de trabalho, o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), refutou ontem todas as críticas a seu parecer e ressaltou que a proposta de cassação de 18 parlamentares representa 40 por cento dos investigados. Na sua opinião, a turbulência maior será a votação das cassações em plenário. "Não esperava um percentual tão elevado", confessou Magalhães. Bem vestido, saiu de casa para o Congresso, logo de manhã, com muita tranquilidade para ir à sessão de leitura do relatório. "Considero agora que a minha missão está cumprida. Saio de cena", disse aliviado.

Ao observar que a população ficará frustrada caso o plenário do Congresso não confirme as cassações dos parlamentares, Magalhães ponderou que ninguém poderia estar alegre porque 18 companheiros seriam levados a julgamento. "Este é um momento muito tenso para todos nós", disse. E justificou que essa era a primeira vez que o Parlamento brasileiro realizava uma auto-investigação propondo a cassação de deputados e senadores. "Na minha opinião, a votação do relatório é imprevisível. Mas acredito que a turbulência maior não será hoje (ontem) e sim no curso do processo de cassações", disse o relator.

Longe de apresentar tensão, Roberto Magalhães accordou ontem às 6h45 e após o café da manhã habitual — pão, leite, bolo, suco de frutas e queijo prato —, ligou para seus três filhos que moram em Recife. Antes pediu a seu chefe de gabinete na Câmara, Paulo Oliveira, que fosse à farmácia comprar quatro caixas de pastilhas de hortelã para poder enfrentar as quase dez horas de leitura do relatório da CPI. Para ir ao Congresso, o relator fez questão de usar o carro dos seguranças que o acompanham há mais de uma semana. "Num dia como este vou no carro da segurança. Eles estão aqui para isso", assinalou. Enquanto



Roberto Magalhães: até ele se surpreende com tanta cassação

isso, dois andares abaixo do apartamento de Magalhães, ninguém atendia a campanha do apartamento do deputado João Alves (sem partido-BA), o principal envolvido no esquema de corrupção do Orçamento.

Cabala — Dizendo-se bem disposto após cerca de cinco horas de sono, o relator da CPI do Orçamento fez questão de rebater uma a uma das críticas que vem recebendo. "Fui surpreendido com as que questionam por que a cassação de 18 parlamentares e não 20. Só porque 20 seria um número cabalístico?", indagou Magalhães. E afirmou que só se preocupou em contar o número de parlamentares que poderão ser cassados após o término do relatório. "Sempre dis-

se que não tinha preocupação com a aritmética".

O relator da CPI do Orçamento frisou ainda que apreciou os pareceres das quatro subcomissões, acatando praticamente na íntegra suas recomendações. Da Subcomissão de Bancos, afirmou Magalhães, todas as indicações para cassação foram para o relatório final. "É que nessa subcomissão são números. É preto no branco", explicou. Os cinco parlamentares indicados pela Subcomissão de Subvenções para terem seus mandatos cassados também foram incluídos no relatório. "E fui além incluindo o deputado Paulo Portegal (PP-RJ)", observou.

Ingrata — Em relação às propostas da Subcomissão de

Emendas, Magalhães não soube dizer quantos parlamentares incluiu em seu relatório por recomendação dessa subcomissão. "Eles fizeram um trabalho muito bom. Só que a área de emendas é muito ingrata", argumentou. E citou como exemplo os parlamentares que tiveram seus nomes ao lado de percentuais nos papéis da Odebrecht. "Nenhum deles foi indicado para cassação, porque não foi provado de nada".

O relator disse ainda que aprovou a maioria das propostas do senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio, com apenas uma restrição: não enviar os documentos que comprometem os governadores indicados — Joaquim Roriz (DF), João Alves (SE) e Édison Lobão (MA) — para as respectivas Assembleias Legislativas. "Esses papéis vão para o Ministério Público. É que se fossem enviados às Assembleias Legislativas poderia ser entendido como um início de processo de impeachment. E impeachment de governador é de competência da Assembleia Legislativa e não do Congresso Nacional", explicou.

Prova — Magalhães justificou também a não-inclusão do deputado José Luiz Maia (PPR-Pi) na lista dos cassados pela CPI. "A proposta de cassação dele se baseava no hipotético recebimento de um apartamento de uma empreiteira. E o deputado comprovou que pagou 28 mil dólares por esse imóvel", observou o relator. Lembrou ainda que o Banco do Nordeste enviou documentos à CPI confessando ter errado quando forneceu o extrato bancário de José Luiz Maia. Assim, este foi um dos nomes encaminhados à Mesa da Câmara para melhor investigação.

Sem querer opinar sobre o relatório do deputado Roberto Rolleberg (PMDB-SP), que analisou apenas o caso dos parlamentares pernambucanos, Roberto Magalhães salientou que não cabe à CPI julgar ninguém. "Nós apenas apreciamos e avaliamos elementos probatórios e indícios", observou. "É uma prerrogativa da Câmara e do Senado julgar seus membros. E nós não podemos exigir que eles ajam da maneira que nós queremos. E sim da vontade majoritária em ambas as Casas".